

“É SOM DE PRETO, DE FAVELADO”: O FUNK COMO FORMA DE (R)EXISTÊNCIA PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO

“Its black marginalized music”: funk as a way of (r)existence for children and young's in foster

“Es sonido de negro, de favela”: el funk como forma de (r)existencia para niños y adolescentes en acogida

Fernandes, P.F.A.L., Andreade, A.F., Ambrosio, L., & Fragelli, C. (2021). “É som de preto, de favelado”: o funk como forma de (r)existência para crianças e adolescentes em acolhimento. *Rev. Interinst. Bras. Ter. Ocup.*, 4(5), 632-638. DOI: 10.47222/2526-3544.rbto41463.

Resumo

Contextualização: O artigo analisa a prática profissional terapêutica ocupacional em um Serviço de Acolhimento Institucional Infantojuvenil, em uma cidade no interior de São Paulo. **Processo de intervenção:** Compreendendo a raça como um marcador social de estereótipos e estigmas na vivência cotidiana dos corpos negros e a racialização das infâncias institucionalizadas, analisamos as experiências infantojuvenis nos processos de institucionalização. **Análise crítica da prática:** A partir de uma perspectiva decolonial e crítica da Terapia Ocupacional e de uma proposta contra hegemônica de atuação, discutimos a respeito de ações interventivas para valorização e reconhecimento da identidade cultural negra dentro do serviço, como uma possibilidade de prática afroreferenciada e antirracista na/para Terapia Ocupacional.

Palavras-chave: Terapia Ocupacional. Prática Profissional. Criança Acolhida. População Negra

Abstract

Contextualization: This article analyzes the professional practice of occupational therapist in an Institutional Childcare Service in a city of São Paulo state, in Brazil. **Intervention / Follow-up process:** We analyze children's experiences in institutionalization processes understanding race as a social marker. **Critical analysis of the practice:** The racialization of institutionalized childhoods causes stereotypes and stigmas in the day life experience of black kids. From a decolonial and critical perspective of Occupational Therapy and a counter-hegemonic proposal of action, we discuss interventional actions for valuing and recognizing black cultural identity within the service as a possibility of afro-referenced and anti-racist practice in/for Occupational Therapy.

Keywords: Occupational Therapy. Professional Practice. Foster Child. Black People

Resumen

Contextualización: El artículo analiza la práctica profesional terapéutica ocupacional en un Servicio de Acogida Institucional Infantil en una ciudad del interior de estado de São Paulo, en Brasil. **Intervención / Proceso de seguimiento:** Entendiendo la raza como un marcador social de estereotipos y estigmas en la vida cotidiana de los cuerpos negros y la racialización de la niñez institucionalizada, analizamos las experiencias de los niños en los procesos de institucionalización. **Análisis crítico de la práctica:** Desde una perspectiva decolonial y crítica de la Terapia Ocupacional y una propuesta de acción contrahegemónica, discutimos las acciones intervencionistas para la valoración y reconocimiento de la identidad cultural negra dentro del servicio como una posibilidad de práctica afro-referenciada y antirracista en/para la Terapia Ocupacional.

Palabras clave: Terapia Ocupacional. Práctica Profesional. Niño Acogido. Población Negra

Paula Fernanda de Andrade Leite Fernandes 

<https://orcid.org/0000-0003-2677-8235>

Universidade Federal de São Carlos.
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, São Paulo, Brasil

Alice Fernandes de Andrade 

<https://orcid.org/0000-0002-2419-3711>

Universidade Federal de São Carlos.
Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, São Paulo, Brasil.

Leticia Ambrosio 

<https://orcid.org/0000-0003-0705-6309>

Universidade Federal de São Carlos.
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, São Paulo, Brasil.

Clau Fragelli 

<https://orcid.org/0000-0003-3720-4034>

Universidade Federal de São Carlos.
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional. Departamento de Terapia Ocupacional. São Carlos, São Paulo, Brasil

1. Contextualização

O relato trata da experiência em Casa de Acolhimento Institucional Infantojuvenil no interior de São Paulo. O serviço acolhe 20 crianças, de 0 a 18 anos, encaminhadas para medida protetiva de afastamento familiar e compõe a alta complexidade da rede socioassistencial municipal.

2. Processo de intervenção/acompanhamento

Procedimentos

O cuidado da infância esteve e permanece intimamente ligado à filantropia e à caridade. No Brasil colonial, houve adaptação de medidas europeias para recolhimento e abrigamento de crianças abandonadas (Abramowicz et al., 2006). Desde então, o abrigamento infantil foi importante ferramenta de controle social de corpos racializados, uma vez que a leitura de hábitos culturais determinava, muitas vezes, uma família como protetiva ou não.

O Código de Menores previa uma relação entre menor "abandonado" e menor "delinquente". Deste código, carregamos marcas sociais expressivas, que estigmatizam o corpo "menor", sendo caracterizado como corpo transgressor, negro e pobre (Del Priore, 1992).

Com a Constituição de 1988, crianças e adolescentes passaram a ser entendidos como sujeitos de direitos. Para garantia dos direitos fundamentais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) extinguiu o termo "menor" e previu medidas protetivas para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e negação dos direitos básicos. Uma dessas medidas é o acolhimento institucional e o afastamento do convívio familiar e comunitário (Brasil, 1990).

Perante o processo sócio-histórico-cultural e racial brasileiro e o ECA, como marco institucional recente, o cuidado voltado às crianças pobres é o cuidado de corpos negros. Muitas vezes, realizado sob a ótica moral de que corpos pobres e negros devem ser controlados pelas instituições (Abramowicz et al., 2006). Partindo da compreensão colonial sobre cuidado e desigualdades raciais no Brasil, pretendemos que nossas reflexões sobre a prática da Terapia Ocupacional (TO) num abrigo infantil discutam uma perspectiva racializada e de valorização étnico-racial.

Para pensar uma TO decolonial e a partir de uma perspectiva étnico-racial, precisamos estabelecer que há categorias de opressão social pautadas em marcadores identitários, que localizam os corpos em territórios conflituosos de suas próprias existências (Ambrosio, 2020). Assim, compreendemos racismo como central na produção de interferências na vida cotidiana, em níveis macro e microsociais, da vida pública e privada.

Ao considerar a perspectiva racial com que o cuidado de crianças e adolescentes tem se constituído no Brasil, torna-se urgente para o pensamento e a prática em TO, no âmbito assistencial, considerar as

atividades humanas, desde uma perspectiva afrorreferenciada e afro diaspórica, capazes de produzir expressividade cultural e possibilidade de existências diversas (Costa et al, 2020).

Descrição do caso

Cenário comum para quem trabalha na instituição, a chegada de uma nova criança revela cicatrizes severas provocadas por uma figura de autoridade, que, num dia comum, no meio da noite, arrancou seu corpo pequeno da cama e levou para o abrigo como medida protetiva. A proteção se veste de punição e é comum as crianças se questionem que erros cometeram, pois, sentem-se castigadas. Trazem uma relação de insegurança com a autoridade que "lhes tirou" tudo que tinham, inclusive memórias.

"Eu já posso voltar pra casa?", "você já foi lá ver se a casa da minha mãe tá limpa pra eu poder voltar?" são frases comuns no dia a dia e, nem sempre, há respostas. Além disso, o serviço é composto, majoritariamente, por crianças negras, de muitas tonalidades de pele¹. Entre observações, questionamentos e violências, a racialidade se tornou um inquietamento.

Os regimes de controle para o cuidado dos corpos infantis negros podem se mostrar mais evidentes quando o Estado decide que a família não tem condições de cuidar daquela criança e, portanto, protege-o da própria família. Essa situação pode passar despercebida pelos trabalhadores, pois, existe um imaginário consolidado em torno da ideia de democracia racial².

O imaginário construído em torno da ideia de que vivemos harmoniosamente em uma democracia racial ainda é forte em nossa sociedade e precisa ser discutido e analisado com maior atenção caso se queira construir uma sociedade que reconheça as diferenças e a diversidade entre os grupos étnico-raciais sem que isso implique a perpetuação das desigualdades existentes entre eles. Como lidar com o aspecto velado do racismo brasileiro, que não se reconhece como tal, e o modo como se naturalizam e se justificam as desigualdades sociais?" (Abramowicz et al, 2006, p.60).

Este relato trata da prática de uma terapeuta ocupacional do serviço, que compõe a equipe técnica, junto com pedagogo, psicólogo e assistente social. Sendo esta equipe, que tem formação em nível superior e, portanto, a qual tem mais acesso às informações sobre os casos, fazendo a intervenção técnica sobre os casos jurídicos e institucionais. Há, ainda, a equipe de educadoras, majoritariamente mulheres, que assumem o cuidado cotidiano e pedagógico, sendo quem mais convive com os acolhidos. E a equipe de auxiliares de educadoras, também mulheres, responsáveis pela garantia da organização, alimentação e higiene do espaço. Não há ação das educadoras sem aval técnico.

¹. A identidade negra no Brasil é plural, expressada em diferentes tonalidades de pele, tipos de cabelos, expressões culturais e religiosas, e outros.

². "A ideia de democracia racial, de Gilberto Freyre, em "Casa Grande e Senzala", propõe que, em decorrência da miscigenação, brancos, negros e indígenas ocupam posições de igualdade. Essa ideia foi rebatida por autores como Florestan Fernandes, Abdias Nascimento, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzales, Nilma Lino Gomes, Sueli Carneiro, Valter Roberto Silvério, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva.

No trabalho em equipe, a terapeuta ocupacional se encarrega de práticas emancipatórias, em movimento antagônico ao processo perverso de institucionalização (Galheigo, 2003). Atua diretamente no planejamento dos processos cotidianos de trabalho, organização dos tempos dentro da Casa e na possibilidade de criação das identidades e subjetividades das crianças, em meio a um território de controle das pluralidades.

A primeira ação é de escuta: ouvir crianças e ouvir educadoras. Uma preocupação das educadoras era com a educação, entendida como domesticação e controle de corpos acolhidos, infantes rebeldes e sem instrução.

Um conflito desse processo "educativo" e disciplinar era a proibição emergencial e oficial do Funk. O Funk, o Hip Hop e o Samba se caracterizam como culturas de resistência negra, reivindicadas pelo Movimento Negro, desde a década de 1980, e representantes dos discursos das lutas negras. São recorrentes tentativas de silenciar, dominar e controlar esses movimentos de cultura negra, transformando o rap e o funk em representações de criminalidade e promiscuidade (Silva, 2009).

Havia uma tentativa constante de extermínio da cultura do Funk, que era, com frequência, interrompida pela chegada de uma nova criança, que, com suas roupas e músicas "obscenas", "contagiava" todas as crianças novamente.

Apesar de não trazerem muitos pertences materiais, as crianças que chegavam, traziam, em seus corpos, memória e identidade para as que já estão abrigadas há mais tempo, inclusive, produzindo uma identidade coletiva. Embora cheias de nada nas mãos, chegavam com um tanto de Funk na cabeça e um tanto de movimentos e linguagem própria, identificada e pertencida às outras crianças. Assim, a "ordem" e a disciplinarização vinham abaixo. Todas as crianças habitavam aquela última que havia chegado, e não havia quem pudesse conter.

O Funk podia não tocar, mas elas cantavam, dançavam, batucavam e recitavam. Aparelhos de som e televisão eram controlados pela instituição. As crianças não tinham celular, nem outros meios de acessar a música, mas o faziam porque o Funk não era música, o Funk era memória corpo-cultural, individual e coletiva.

Corpos negros são constantemente desterritorializados. A começar pelo processo de ruptura e deslocamento forçado, de África para Brasil, o corpo negro aprendeu a ser seu próprio território e continente (Reis, 2020). O processo de união dos corpos-territórios para compartilhamento de memórias corpo-culturais podemos compreender como um processo de se aquilombar. Compreender o quilombo como dispositivo sócio-político-cultural-existencial das negritudes.

Nesse contexto, o Funk se caracteriza como memória corpo-cultural ancestral, como quilombo e símbolo de resistência e forma de poder continuar existindo na ruptura, com os paradigmas de controle e disciplinarização embranquecidos.

Intervenção/acompanhamento

Reconhecer os atravessamentos sócio-históricos-culturais que perpassam os corpos negros é importante para criar estratégias e possibilitar espaços para suas expressões, saberes e histórias ancestrais (Costa et al., 2020). Por isso, foi preciso responder que não era possível retirar a memória daquelas crianças, sendo, ainda, a única coisa que podiam carregar e trazer de suas casas, entre idas e vindas do Acolhimento. Ademais, era perverso e racista.

Na tentativa de mapear os incômodos dos profissionais, percebeu-se que algumas composições geravam repulsa, seja pelos conteúdos sexuais ou pelas coreografias. Assim, dedicamos tardes para cantar Funk juntos, conhecer novas referências e versões que não disparassem o repúdio imediato.

Aprendemos e incentivamos novos movimentos, entre eles o passinho³, fomentando, na equipe, novas leituras sobre o rebolar dos quadris infantis, que, na contramão de uma interpretação de conotação sexual, poderia ser lido como desenvolvimento da consciência corporal.

A proposta de ouvir o Funk com crianças e profissionais e buscar outras versões teve dois objetivos: possibilitar a expressão e identidade das crianças; e sensibilizar e conscientizar a equipe sobre os processos disciplinares e opressores. Assim, pode-se constranger, o mínimo possível, aquilo considerado como moral e bom costume e, simultaneamente, criar um espaço possível para construção conjunta do reconhecimento de uma cultura rica, completa e significativa, diante da situação de afastamento familiar.

Letras das músicas favoritas e mais significativas foram impressas para as crianças. Músicas que faziam lembrar a família, a infância, a comunidade, geravam pertencimento.

As crianças questionavam esse lugar técnico-profissional de quem também ouvia e legitimava o Funk, uma vez que ter conhecimento sobre essa expressão cultural e defendê-la ia na contramão do que estava dado como correto institucionalmente. Esse movimento produziu identificação, para além do lugar subalterno de onde se viam porque na relação com outros profissionais, havia distanciamentos significativos de identidades e pertencimentos.

3. Análise Crítica da Prática

Uma menina de 9 anos apresentou uma nova música:

"Se eu fecho os olhos minha mente desenha você / tapo os ouvidos e consigo escutar sua voz / só de pensar que eu nunca mais vou te ver / dói... dói, dói!" (Zanoni, 2019)

Ela ouviu e cantou. Subiu no colo sem pedir licença. Se aninhou e chorou. Entre soluços, disse que a música lembrava o irmão.

³. Sequência de movimentos com os pés e a cintura, que mistura break e funk com ritmos tradicionais, como samba, frevo e capoeira.

Não eram só músicas, eram referências de sentires possíveis através do Funk, que era algo próximo, conhecido e familiar. Despertava o corpo-memória para um território de pertencimento. A memória corporal, após a diáspora africana, é um dos únicos territórios possíveis de existência (Ambrosio, 2020).

Do ponto de vista do raciocínio terapêutico ocupacional, compreendemos dois processos importantes para uma prática racializada: poder apresentar novas referências e ampliar as possibilidades para ser/estar no mundo; e legitimar o ser/estar no mundo que é expressado pelas crianças, permitindo-as expressar suas próprias referências e poderem existir e resistir de forma segura e valorizada.

Todos os dias, a instituição embranquece um pouco cada criança. Esse contato com o mundo embranquecedor, para as pessoas negras, principalmente para crianças negras, é sempre como uma ferida aberta (Fanon, 2008). A racialidade se inscreve, como um marcador da diferença que classifica relações de poder, evidenciando maior exclusão das pessoas negras no tecido social (Martins & Farias, 2020). O "lugar do negro", que fica como legado da escravidão, reflete em menos oportunidades para mobilidade social, distribuição geográfica desigual e destruição da autoimagem (Ambrosio, 2020).

Atividades Afrorreferenciadas surgem como um novo marco para a prática descolonizada e crítica, com o objetivo de "repensar e recuperar atividades que dizem respeito às singularidades de pessoas negras" (Costa et al., 2020, p. 736). Propor atividades afrorreferenciadas, como o Funk, torna-se uma forma de enfrentamento ao embranquecimento, que visa anular a subjetividade das pessoas negras e apagar a diversidade étnico-cultural.

Cotidianamente, a proposta da terapeuta ocupacional visa enegrecer as atividades humanas e valorizar o retorno para suas comunidades e para convivência familiar, onde o racismo existe, mas o quilombo também.

3. Síntese de considerações

"As crianças não traziam nada, mas traziam tudo". Não havia bens materiais, mas um corpo negro, marcado de histórias e memórias, que há tempos é renegada. Surge a urgência de uma TO que reconheça as expressões subjetivas das pessoas negras e valorizem suas culturas.

Referências

Abramowicz, A., Silverio, V. R., Oliveira, F., & Tebet, G. (2006). *Trabalhando a diferença na educação infantil*. São Paulo: Moderna.

Ambrosio, L. (2020). *Raça, Gênero e Sexualidade: uma perspectiva da Terapia Ocupacional para as corporeidades dos jovens periféricos*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos]. <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12374>

Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Casa Civil.

Costa M. C., Santos A. C., Souza J.V., Costa J.C., Porto, R.M. & Freire S.R. (2020) Laboratório ISÊ: construções de estratégias para restituição histórica e existencial de pessoas negras. *Rev. Interinst. Bras. Terap. Ocup.*, 4(5), 734-741. <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto36913>.

Del Priore, M. (1992). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contextos.

Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba.

Galheigo, S. M. (2003). O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto históricosocial. *Revista de Terapia Ocupacional da USP*, 14(3), 104-109. <https://doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v14i3p104-109>.

Martins, S. & Farias, M. N. (2020). Práticas de terapia ocupacional e contexto sociocultural: caso de uma menina negra. In: Gradim, L. C. C et al (Org.) *Práticas em terapia ocupacional*. (pp. 32-37). Barueri: Manole.

Reis, R. F. (2020). Ôrí e Memória: O Pensamento de Beatriz Nascimento. *Sankofá: Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, 13(23), 9-24. <https://doi.org/10.11606/issn.1983-6023.sank.2019.169143>.

Silva, C. (2009). Funk carioca: crime ou cultura? *Revista África e Africanidades*, 1(4), 1-5. http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Funk_carioca_repaginado.pdf

Zanoni, K. O. (2019). Espera Eu Chegar [Gravado por MC Kevin e MC Cajá]. In: *Espera eu chegar* [Álbum]. Rio de Janeiro: ADPAR. (Gravado em 2019).

Contribuição dos autores: P. F. A. L. F. foi responsável pela concepção, escrita, revisão e formatação do manuscrito. A. F. A., L. A. e C. F. foram responsáveis pela escrita, revisão e formatação do manuscrito.

Recebido em: 11/02/2021

Aceito em: 01/06/2021

Publicado em: 09/11/2021

Editor(a): Marina Di Napoli Pastore